

## Sistema ou Rede? Política arquivística e acervos privados na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

**Lucas Eduardo Castilho** Universidade de Campinas, São Paulo, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-0476-1600>  
lucas\_eduardo@hotmail.com

**Renato Pinto Venancio** Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-0819-3671>  
venancio.renato@gmail.com

**Resumo** O artigo analisa as práticas institucionais voltadas à aquisição e à gestão de arquivos privados na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Argumenta-se que, embora tais práticas tenham sido formalmente estruturadas sob a noção de um sistema hierarquizado e centralizado - no âmbito do Arquivo Central do Sistema de Arquivos (Siarq) -, configuraram-se, na prática, como uma “rede” flexível e descentralizada, sustentada por articulações acadêmicas, negociações pontuais e arranjos institucionais heterogêneos, especialmente no que se refere aos centros de documentação e de memória. A partir da reconstrução histórica da formação desses centros, a pesquisa demonstra que a Unicamp desenvolveu um modelo híbrido, no qual a autoridade normativa coexiste com a autonomia dos centros de documentação e de memória das unidades acadêmicas.

**Palavras-chave** Sistema de arquivos. Rede de arquivos. Unicamp. Acervos privados.

## System or Network? Archival Policy and Private Collections at the State University of Campinas (Unicamp)

**Abstract** The article analyzes institutional practices related to the acquisition and management of private archives at the University of Campinas (Unicamp). It argues that, although such practices were formally structured under the notion of a hierarchical and centralized system – within the framework of the Central Archive of the Archives System (Siarq) – they have, in practice, taken the form of a flexible and decentralized “network,” sustained by academic collaborations, ad hoc negotiations, and heterogeneous institutional arrangements, particularly with regard to documentation and memory centers. Based on a historical reconstruction of the formation of these centers, the study demonstrates that Unicamp has developed a hybrid model in which normative authority coexists with the autonomy of documentation and memory centers within its academic units.

**Keywords** Archival system. Archival network. Unicamp. Private collections.

## ¿Sistema o Red? Política archivística y acervos privados en la Universidad Estadual de Campinas (Unicamp)

**Resumen** El artículo analiza las prácticas institucionales orientadas a la adquisición y la gestión de archivos privados en la Universidad Estadual de Campinas (Unicamp). Se sostiene que, aunque dichas prácticas fueron formalmente estructuradas bajo la noción de un sistema jerarquizado y centralizado – en el ámbito del Archivo Central del Sistema de Archivos (Siarq) –, en la práctica se configuraron como una “red” flexible y descentralizada, sustentada en articulaciones académicas, negociaciones puntuales y arreglos institucionales heterogêneos, especialmente en lo que respecta a los centros de documentación y de memoria. A partir de la reconstrucción histórica de la formación de estos centros, la investigación demuestra que la Unicamp desarrolló un modelo híbrido, en el cual la autoridad

normativa coexiste con la autonomía de los centros de documentación y de memoria de las unidades académicas.

**Palabras clave** Sistema de Archivos. Red de Archivos. Unicamp. Fondos privados.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 02/11/2025  
Aprovado em 11/05/2026  
Publicado em 02/07/2026

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa as práticas institucionais voltadas à aquisição de arquivos privados (pessoais ou institucionais) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Parte-se do pressuposto de que, embora esses procedimentos tenham sido formalmente ancorados na noção de “sistema”, modelo administrativo que possui como premissa as relações hierarquizadas e centralizadas, na prática configuraram-se como uma “rede” relativamente horizontal, baseada em articulações acadêmicas, negociações pontuais e arranjos flexíveis. Essa configuração híbrida, situada entre norma e prática, permite compreender tanto os êxitos quanto os limites da experiência analisada.

O argumento deste artigo é dividido em três partes. A primeira, “Definições de sistema e de rede de arquivos”, discute a recepção e o emprego da categoria “sistema” no contexto brasileiro, destacando seus usos por vezes imprecisos diante das formas reais de organização das instituições. Argumenta-se que essa indefinição não se resume a um problema terminológico, mas expressa disputas institucionais e fragilidades teóricas de um campo que ainda carece de consensos mínimos para a consolidação de mecanismos efetivos de governança.

A segunda parte, “As práticas de aquisição dos acervos privados e a criação do SIARQ na Unicamp”, reconstrói a trajetória histórica da universidade, examinando a criação de centros de documentação responsáveis pela incorporação de acervos privados, assim como a instituição do Sistema de Arquivos (Siarq) da instituição, concebido para coordenar de forma integrada a política arquivística institucional. Mostra-se que, em relação aos acervos privados, esse percurso foi longo e multifacetado, remontando aos primeiros anos da Unicamp, quando a incorporação de bibliotecas e de arquivos foi mobilizada como estratégia de consolidação e legitimação do projeto acadêmico.

Por fim, a terceira seção, “Definindo uma política institucional de rede de arquivos”, discute os limites da noção de sistema aplicada ao caso da Unicamp. Essa análise se apoia em uma entrevista semiestruturada realizada com a atual coordenadora técnica do Siarq. Tal procedimento metodológico é uma técnica de coleta de dados caracterizada por um roteiro prévio de questões abertas que orienta a conversa, ao mesmo tempo que permite flexibilidade para explorar temas emergentes durante a interação com o entrevistado. Dessa forma, combina sistematização e abertura, favorecendo a produção de dados ricos e contextualizados, ao mesmo tempo em que mantém foco nos objetivos da pesquisa (Oliveira; Guimarães; Ferreira, 2023).

Outro procedimento metodológico adotado consistiu na pesquisa histórico-documental. Essa abordagem se baseia na análise de documentos produzidos em determinado contexto institucional e sócio-histórico, com o objetivo de compreender processos, práticas e significados do

passado. Esses documentos são tratados não apenas como fontes de informação, mas como construções sociais, atravessadas por intenções e relações de poder. Busca-se, assim, interpretar criticamente o conteúdo das fontes, articulando-as ao tema da pesquisa, a fim de produzir conhecimento fundamentado e contextualizado (Barros, 2014).

## 2 DEFINIÇÕES DE SISTEMA E DE REDE DE ARQUIVOS

A noção de “sistema de arquivos” é bastante difundida na administração pública brasileira. Tal categoria começou a ser divulgada na década de 1950 e ganhou força ao longo dos anos 1970 (Jardim, 1995). Contou com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que propôs a criação do Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST) em 1972. A iniciativa desdobrou-se no âmbito da arquivologia, dando origem, dois anos mais tarde, à proposta do Sistema Nacional de Informação (NATIS), concebido para ser responsável, em cada país, pelo desenho de políticas públicas e institucionais voltadas à infraestrutura de documentação, bibliotecas e arquivos (Jardim, 1995, p. 36).

Além dessas dimensões científicas e institucionais, a assimilação da noção de “sistema”, no cerne da administração pública brasileira, também se deve a razões políticas, expressas em reformas administrativas. Uma delas foi instituída pelo Decreto-Lei nº 200, de 1967 (Brasil, 1967). Essa norma, ao propor uma lógica de organização administrativa descentralizada, mas estruturada em parâmetros verticalizados, em consonância com os princípios de gestão da ditadura civil-militar, estabeleceu, em seu artigo 30, que:

Os serviços incumbidos do exercício das atividades de que trata este artigo consideram-se integrados no sistema respectivo e ficam, conseqüentemente, sujeitos à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados (Brasil, 1967, art. 30).

Apesar de ter origem em um contexto político autoritário, tal determinação não foi revogada no período da Nova República, quando houve uma crescente demanda por descentralização. Foi até mesmo ampliada, originando os sistemas estruturantes da administração pública federal, dos quais o SIGA é parte integrante (Brasil, 2003). Provavelmente, uma das razões da força da noção de “sistema de arquivos” reside no fato de que, ainda antes da implantação da ditadura em 1964, essa concepção era defendida por pesquisadores e autoridades públicas:

Em 1961 é instituída, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, uma comissão, presidida por José Honório Rodrigues, com o objetivo de elaborar um anteprojeto para a criação do Sistema Nacional de Arquivos [...] O anteprojeto traz em seu bojo a proposta de um Arquivo Nacional reconfigurado estruturalmente em função dos poderes que passaria a adquirir com suas novas atribuições como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos,

[que] passa a centralizar variados poderes, como por exemplo: [...] o direito de supervisionar a uniformidade e organização dos arquivos da União... (Jardim, 1995, p. 81).

Embora não tenha chegado a ser apresentado como projeto de lei, tal iniciativa repercutiu, sendo retomada em 1978 na forma de uma proposta de “Sistema Nacional de Arquivos”, posteriormente reconfigurada pela Lei de Arquivos de 1991. O sistema proposto durante a ditadura militar abrangia “as três idades do ciclo vital arquivístico do Governo Federal”, mas, como observa Jardim (1995, p. 88), “apesar de autodenominar-se um sistema nacional, sua possibilidade de ação era a administração federal”.

A proposta de criação de “sistemas” na administração pública brasileira, embora bem-sucedida do ponto de vista normativo, foi alvo de críticas quanto à sua efetiva eficácia. Os diagnósticos a seu respeito costumam ser predominantemente negativos, havendo posições céticas desde a primeira tentativa de regulamentação em 1967. Reconhece-se, por exemplo, que o Decreto-Lei nº 200, aprovado nesse último ano, buscava promover a administração indireta, mas não estabeleceu mecanismos eficazes de implementação e controle. Ainda que restrito ao executivo federal, seu alcance revelou-se limitado, uma vez que carecia de instrumentos de coordenação e de capacidade real para integrar os diferentes órgãos e entidades da administração pública, por isso:

fracassou em seu objetivo de criar mecanismos de coordenação. O sistema de controle não funcionava conforme o esperado, sendo incapaz de implantar mecanismos de aferição de desempenho das diversas unidades descentralizadas. (Abrucio; Pedroti; Pó, 2010, p. 51)

Ao longo do tempo, houve novas propostas sistêmicas na administração pública brasileira. Um exemplo disso foi a constituição do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), cujo órgão central é o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). O SAESP foi instituído pelo Decreto nº 22.789, em outubro de 1984, tendo por objetivo:

- I - assegurar a proteção e preservação dos documentos arquivísticos do Poder Público Estadual, tendo em vista o seu valor administrativo e histórico e os interesses da comunidade;
- II - harmonizar as diversas fases da administração dos documentos arquivísticos, atendendo às peculiaridades dos órgãos geradores da documentação;
- III - facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público de acordo com as necessidades da comunidade (São Paulo, 1984, art. 2º, incs. I-III).

Dessa forma, esse sistema previu atribuições arquivísticas normativas, técnicas e de supervisão sobre o Poder Executivo estadual. Isso o aproxima da definição de “sistema”, entendida como um conjunto coordenado, hierarquizado e regulado por instâncias centrais de governança.

Em relação à administração pública federal, a aprovação da Lei de Arquivos, Lei nº 8.159 (Brasil, 1991), foi um momento fundamental. A partir dessa data, o Brasil passou a dispor de um

marco legal que prevê a criação e a efetivação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Tal sistema teria como órgão central o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), vinculado ao Arquivo Nacional e responsável por definir a política nacional de arquivos. A composição do SINAR, diferentemente do que ocorreu em 1978, inclui a participação dos arquivos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal, admitindo-se também a adesão voluntária de arquivos privados (Brasil, 2002).

Contudo, as avaliações sobre o SINAR são bastante críticas (Indolfo, 2013, 2014). Decorridas mais de três décadas desde a aprovação da Lei de Arquivos e mais de duas décadas de sua regulamentação, esse sistema não foi implementado ou, segundo alguns pesquisadores, sequer chegou a ser plenamente formulado (Jardim, 2010, 2011, 2013). A ausência de diretrizes operacionais claras, a desarticulação entre os entes federativos e a limitada atuação do Conarq como instância coordenadora têm dificultado a efetivação de uma política nacional arquivística no Brasil em moldes sistêmicos. Esse quadro é agravado pela escassez de recursos e a indefinição conceitual de categorias centrais, como a de “autoridade arquivística”, que têm comprometido a concretização dos objetivos previstos em lei.

Frente a essa situação, uma alternativa teórica foi a de considerar a possibilidade de formação de “redes de arquivos”, não apenas no âmbito das diretrizes normativas nacionais, mas também no desenvolvimento da governança institucional (Mendes; Silva, 2024; Maluf; Silva, 2024; Silva, 2022; Silva; Maluf, 2025). De acordo com essa perspectiva, a “rede de arquivos”:

consiste em um conjunto de entidades (serviços e/ou instituições públicas e/ou privadas) que executam funções arquivísticas e que de modo organizado, coordenado, integrado, articulado e padronizado buscam alcançar com o máximo de qualidade possível a realização de objetivos comuns relativos aos arquivos e documentos arquivísticos (Silva, 2020, p. 159).

Tais redes podem ser descentralizadas ou centralizadas, ou seja, podem ter ou não um polo coordenador. Trata-se de uma perspectiva promissora, principalmente tendo em vista que a proposta sistêmica, quando confrontada com o arranjo federativo do país, a autonomia dos poderes e os direitos constitucionais relativos à propriedade privada, enfrenta obstáculos estruturais de difícil superação.

Tanto a noção de “sistema” como a de “rede” também se aplicam à organização interna das instituições públicas, sejam federais, estaduais ou municipais. No presente texto, o problema de pesquisa foca a operacionalização dessas duas dimensões em relação à Unicamp. Por vezes, para viabilizar a própria atuação, as instituições públicas recorrem às definições previstas na legislação brasileira, mas as implementam de forma particular. Tal prerrogativa é definida no Direito

Administrativo como “discricionariedade”, facultando ao gestor público a possibilidade de certa liberdade para escolher a melhor forma de agir, desde que respeitando as leis (Daniel, 2011). Esse parece ter sido o caso da Unicamp: embora utilize o termo “sistema”, o que se observa na prática, em relação à custódia de acervos privados, é uma rede colaborativa de centros de documentação que preservam autonomia. Rever criticamente essa iniciativa não significa condená-la, mas sim adotar uma visão lúcida sobre os procedimentos de aquisição e institucionalização de arquivos privados em instituições públicas, contribuindo, assim, para o aprimoramento das políticas arquivísticas institucionais.

### **3 AS POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DOS ACERVOS PRIVADOS E A CRIAÇÃO DO SIARQ NA UNICAMP**

A história da formação dos acervos da Unicamp remonta aos seus primeiros anos de funcionamento, quase concomitante à sua própria fundação. A universidade foi criada em 28 de dezembro de 1962, por meio de votação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (São Paulo, 1962). Sua implantação esteve a cargo do reitor Zeferino Vaz, cuja administração foi determinante para a consolidação institucional da universidade ao longo das décadas de 1960 e 1970. A universidade, desde sua origem, foi concebida prioritariamente como um polo de excelência nas áreas médica e tecnológica. A escolha de Vaz para conduzir o projeto expressava esse direcionamento, uma vez que fora o responsável pela implantação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, vinculada à Universidade de São Paulo (USP).

Embora as humanidades não figurassem como prioridade, um consistente núcleo acadêmico nessa área se formou na primeira década da universidade, reunindo professores estrangeiros e jovens pesquisadores. Foi assim que uma série de captações de acervos privados se desenvolveu. A necessidade de material bibliográfico para viabilizar o ensino caracterizou o “marco inaugural” das aquisições, com a compra da biblioteca e do arquivo de Paulo Duarte em 1970.

Conforme é possível observar, o foco inicial visava constituir um conjunto básico de livros para a instituição. Na fase inicial da Unicamp, os alunos enfrentavam dificuldades em acompanhar os cursos devido à falta de acesso a esses materiais. A aquisição do arquivo pessoal de Paulo Duarte, para além de seu acervo bibliográfico, chegou a ser prevista, mas não foi o epicentro das tratativas. Esse intelectual, editor e político de grande projeção foi aposentado compulsoriamente como docente da USP após a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968 (Brasil, 1968). Enfrentando dificuldades financeiras, viu na Unicamp, especialmente em sua relação pessoal com o reitor Vaz, a possibilidade de mitigar sua situação, iniciando uma negociação para a venda de seu acervo.

A operação envolveu a formação de uma comissão externa para identificar e avaliar o acervo. Tal comissão foi composta por figuras de grande prestígio: Antonio Candido de Mello e Souza, José de Barros Martins, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Buarque de Holanda (Maldonado, 2025b). Os procedimentos de avaliação se desenvolveram ao longo de 1970 e foram concluídos em setembro desse ano, resultando em uma venda no valor de 500 mil cruzeiros. Apesar do estabelecimento formal de um contrato, o processo foi marcado por significativa informalidade. Dada a ausência de políticas de aquisição de acervos, muitos critérios sobre o que deveria ou não integrar a compra também foram decididos diretamente entre Vaz e Duarte, por telefone. O setor jurídico da universidade teve participação lateral e nenhum professor da Unicamp compôs a supracitada comissão avaliadora. A condução centralizada do processo revela um traço frequentemente apontado na gestão de Vaz (1966-1978), com seu estilo personalista e centralizador, que lhe rendia críticas quanto ao poder que exercia no interior do campus.

Embora não houvesse regulamentações públicas para esse tipo de transação, tal prática não era inédita no cenário universitário brasileiro. Por exemplo, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da USP, teve como ponto de partida a aquisição da biblioteca de Yan de Almeida Prado, também mediante a formação de uma comissão avaliadora. Essa última instituição realizaria posteriormente diversas outras aquisições de arquivos e bibliotecas privadas e a Unicamp seguiu por este mesmo caminho.

Segundo os termos contratuais, o arquivo pessoal de Duarte seria incorporado formalmente à Unicamp após sua morte, ocorrida em 1984. Inicialmente não houve uma preocupação ampla na universidade com os arquivos pessoais, mas isso foi se alterando ao longo do tempo. Ainda que não estivesse amparada por um plano institucional previamente definido, esta aquisição estabeleceu um precedente fundamental, inaugurando uma forma de relação entre a universidade e os agentes privados interessados em vender ou doar seus respectivos acervos, dinâmica que se tornaria rotina. Tratava-se, portanto, de um procedimento originário de aquisição de arquivos pessoais por parte da Unicamp, mas que não chegou a se desdobrar em uma normativa institucional, embora os mesmos procedimentos fossem frequentemente replicados em outros casos de aquisições. Esse vácuo regulatório decorria, em grande medida, da inexistência de um órgão especificamente responsável por formular diretrizes e padrões para tais incorporações. O setor jurídico da Unicamp limitava-se a avaliar os contratos firmados, garantindo sua validade legal, sem, contudo, propor regras ou políticas abrangentes que orientassem de modo sistemático a aquisição de acervos privados.

Se a aquisição do acervo de Duarte derivou-se em grande medida da necessidade de estruturar a biblioteca universitária e dos laços pessoais entre o titular e o reitor, o pleno funcionamento do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), no início da década de 1970, inaugurou uma conjuntura distinta. A partir dessa data, não se tratava apenas de suprir carências bibliográficas, mas de responder a demandas próprias de um campo acadêmico em consolidação. A formação de um ambiente universitário nas áreas de humanidades exigia, para seu desenvolvimento, a incorporação de acervos capazes de sustentar pesquisas, consolidar linhas de investigação e conferir legitimidade científica ao instituto e à universidade. Assim, os procedimentos de aquisição passaram a articular-se de forma mais direta às estratégias de afirmação acadêmica.

Os encaminhamentos para a criação de um Departamento de História constituíram outro fator decisivo nesse processo, dada a relação intrínseca da disciplina com os arquivos. Até 1976, quando esse departamento foi finalmente estruturado, as disciplinas de história eram oferecidas no interior do Departamento de Ciências Sociais. Nesse contexto, a contratação de dois professores com forte interesse em questões arquivísticas, como Barbosa Lima Sobrinho e José Honório Rodrigues – sendo que esse último havia dirigido o Arquivo Nacional entre 1958 e 1964 (Lima; Santos, 2016) –, abriu caminho para debater sobre a necessidade de constituir um centro de documentação no IFCH.

Formar acervos requer tempo, dedicação, articulação, mobilização de verbas orçamentárias etc. A responsabilidade para criar efetivamente o instituto coube, de forma geral, a um conjunto de jovens professores que construíram suas carreiras na Unicamp. A primeira captação de acervo realizada no IFCH teve grandes semelhanças ao processo de Duarte, no sentido de que foi constituída pela necessidade de estruturar a biblioteca do instituto, a atual Biblioteca Octávio Ianni. Adquiriu-se assim, no início de 1973, o acervo bibliográfico do historiador Hélio Viana, vendido pela viúva Edith Travassos Viana. O material, composto de 13.169 volumes, era voltado principalmente para a história brasileira e integrou a biblioteca do IFCH. Esse conjunto bibliográfico foi adquirido por 80 mil cruzeiros (Maldonado, 2025a, p. 57).

Conforme foi mencionado, os procedimentos dessa aquisição foram semelhantes ao caso de Duarte, embora tenha algumas mudanças significativas. Por exemplo, essa última comissão foi integralmente formada por professores da Unicamp, membros do IFCH. Além disso, diferentemente do caso de Duarte, não foi um agente externo que ofereceu os objetos, pois a demanda partiu dos próprios membros da comunidade acadêmica. A comissão avaliadora encarregada de listar e atribuir valor ao conjunto foi composta por Fernando Novais, José Roberto do Amaral Lapa e Paulo Sérgio Pinheiro. O setor jurídico acompanhou o processo, garantindo a formalização contratual.

Distintamente da negociação anterior, a documentação processual não indica que as tratativas foram atravessadas por vínculos pessoais ou relações de amizade, demonstrando um arranjo institucional mais formalizado.

A preocupação efetiva com a aquisição de arquivos ganhou corpo a partir da iniciativa de professores que identificaram em determinados acervos a possibilidade de consolidar linhas de pesquisa em suas áreas de atuação. Nesse sentido, a compra do arquivo de Edgard Leuenroth, em 1974, representou um ponto de inflexão, dando origem a uma prática regular de aquisições. Esse último acervo, uma ampla reunião de documentos principalmente vinculados à história do movimento operário brasileiro, do final do XIX à primeira metade do XX, conectava-se com os interesses de pesquisa de uma série de professores do IFCH, em especial Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall.

Dois condicionantes mais amplos atravessaram esse processo. De um lado, o contexto autoritário alimentava receios de que um acervo fortemente associado à história da esquerda pudesse ser alvo da repressão, com risco de confisco por parte dos órgãos da polícia política. Nesse cenário, uma mobilização conjunta de professores da USP e da Unicamp mostrou-se decisiva para resguardar o material em território brasileiro. De outro lado, houve pressões de caráter econômico e internacional. A família Leuenroth buscava valorizar financeiramente o espólio do titular, enquanto a Universidade do Texas demonstrava interesse em adquiri-lo. A aquisição desse arquivo, portanto, foi atravessada simultaneamente por fatores políticos e econômicos, revelando que a Unicamp estava inserida em um contexto mais amplo, no qual negociações de acervos envolviam disputas por memória, recursos e legitimidade (Maldonado, 2025a, p. 67).

Como nos casos anteriores, a Unicamp constituiu uma comissão de professores para conduzir as negociações, integrada por Fernando Novais, Ítalo Tronca, José Roberto do Amaral Lapa e Paulo Sérgio Pinheiro. É significativo o contínuo reaparecimento de alguns nomes na composição dessas comissões, demonstrando um engajamento continuado de docentes na aquisição de acervos privados pela universidade.<sup>1</sup> As tratativas foram longas e se estenderam por quase toda a primeira

---

<sup>1</sup> Não se pretende aprofundar esta questão no presente trabalho, mas um breve apontamento a seu respeito mostra-se pertinente. A incorporação de acervos é, em grande medida, atravessada por relações de mediação sustentadas pelo capital social e simbólico. Os detentores desses acervos, ou seus herdeiros, pertencem, em geral, a uma elite econômica, cultural e/ou política, de modo que as negociações tendem a ser mais fluidas quando conduzidas por agentes que compartilham de seus círculos de sociabilidade. Nesse contexto, a posição social do professor assume relevância. Ainda que não se trate de uma regra absoluta, é preciso reconhecer que a publicização de um acervo ultrapassa o âmbito de um simples ato administrativo entre a instituição e o particular. O processo é permeado por vínculos de confiança, disputas de memória e operações de monumentalização. Em última instância, a negociação implica também uma troca simbólica de prestígio, que legitima tanto a instituição que recebe o acervo quanto o mediador que viabiliza sua

metade da década de 1970, culminando na formalização de um contrato de compra no valor de 130 mil cruzeiros em 1974 (Fapesp, 1973). O pagamento foi realizado com recursos da própria universidade e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A participação da FAPESP nesse processo possui grande importância. Sinaliza a função cada vez mais central dessa agência como mediadora entre a universidade e os entes privados. As agências de fomento à pesquisa assumiram papéis centrais para viabilizar a aquisição de diversos acervos ao longo das décadas seguintes pela Unicamp, evidenciando como os mecanismos de institucionalização da ciência, na segunda metade do século XX, atravessaram diretamente os projetos de captação de acervos promovidos pela universidade. Não por acaso, o acervo de Mário de Andrade, primeiro arquivo pessoal adquirido pelo IEB, também foi comprado por meio de recursos da FAPESP, reforçando a centralidade desses órgãos na constituição de centros de documentação e de memória nas universidades estaduais paulistas.

A compra do arquivo de Leuenroth possui grande significado para a Unicamp. Sua aquisição consistiu não apenas na incorporação de um fundo arquivístico pessoal, como também na criação de um centro de documentação denominado como “Arquivo Edgard Leuenroth” (AEL). Em outros termos, a publicização dos documentos de velho anarquista é o acontecimento que levou a novas formas de institucionalização de acervos, não mais restritos ao espaço de bibliotecas universitárias, conquistando um espaço institucional próprio, que receberia diversos outros conjuntos documentais ao longo do tempo.

A criação do AEL em 1974 inaugurou na Unicamp uma nova etapa da política de aquisição de acervos arquivísticos, dotada de identidade institucional e de uma lógica de funcionamento próprias. Foi a primeira iniciativa que resultou na constituição de um órgão específico para essa finalidade, representando a institucionalização de um organismo especializado na aquisição, descrição, preservação e disponibilização de documentos arquivísticos. Nesse sentido, o AEL configurou-se como um centro de documentação cuja origem esteve diretamente vinculada à mobilização de professores e pesquisadores.

Tal iniciativa serviu de modelo e possibilitou a incorporação sistemática de outros fundos arquivísticos nas décadas seguintes, processo que se mantém até a atualidade. Nesse sentido, o AEL extrapolou largamente sua missão originária durante a ditadura militar, incorporando importantes conjuntos documentais, como os de Imagens e História da Industrialização no Brasil (1976);

---

incorporação. Considerar essas particularidades é fundamental, pois tais processos contribuem para reorganizar a vida pública, instaurando novos significados e reconfigurando outros.

Astrojildo Pereira (1977); Imigração Italiana (1979); Octávio Brandão (1980); Arthur Bernardes (1982); Fábrica de Tecidos Carioba (1982); Libório Justo (1982); Roberto Mange (1984); e Integralismo (1984) (Maldonado, 2025a). Esse processo, inclusive, se estende até a atualidade, com a instituição constantemente publicizando a incorporação de novos acervos.<sup>2</sup>

A ideia de constituir centros de documentação não era inédita no país, uma vez que instituições desse tipo atuavam no Estado de São Paulo e em outras unidades da federação naquele momento. A singularidade do AEL, entretanto, estava em sua orientação no contexto brasileiro. Foi o primeiro centro a se voltar especificamente para a história do movimento operário e para os partidos e organizações de esquerda. Aproximou-se, nesse sentido, de algumas instituições europeias inauguradas na primeira metade do século XX, como o *International Institute of Social History* (IHS) em Amsterdã e a *Fondazione Giangiacomo Feltrinelli* em Milão, fundadas respectivamente em 1935 e 1949. Não por acaso, os principais responsáveis pela criação do AEL, Pinheiro e Hall, tiveram passagens pelo IHS durante a elaboração de seus respectivos doutorados.

O AEL funcionou informalmente, no sentido de não ter sido reconhecido pela congregação do IFCH e pela própria reitoria, até o final de 1985, não obstante esse organismo tenha operado plenamente na prática, realizando captações, estabelecendo projetos e tornando-se referência nacional e internacional. Essa situação provavelmente decorreu do contexto autoritário. Permanecer sem ser institucionalizado era uma forma de se resguardar das atenções da repressão, que poderia confiscar os materiais. A distensão e o fim da ditadura deram origem a uma outra conjuntura, tanto no nível da possibilidade de reconhecimento do órgão, quanto na própria gestão universitária, na qual emergiu uma série de novas preocupações em relação aos acervos.

Durante o período da redemocratização, estabeleceu-se na Unicamp uma preocupação crescente em constituir uma gestão mais consistente dos acervos incorporados pela instituição e da própria documentação administrativa. Esse movimento inscrevia-se em um contexto mais amplo, no qual o acesso à informação e a adequada organização dos arquivos passaram a ser compreendidos como requisitos fundamentais de um regime democrático. Essas ideias ganharam especial projeção no estado de São Paulo, com o conceito de “sistema” sendo mobilizado frequentemente como um recurso administrativo capaz de solidificar os recomendados procedimentos da vida pública (Maldonado; Nicodemo, 2025).

Um dos pontos de partida nesse processo foi a criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, instituído pela Lei Municipal nº 1.573, de 11 de outubro de 1979,

---

<sup>2</sup> Para algumas ponderações para as incorporações mais recentes do AEL, cf. Rodrigues, 2025.

coordenado por Ana Maria de Almeida Camargo, docente do Departamento de História da USP. A efetiva implementação dessa instituição arquivística ocorreu somente em 1981 (Ferreira, 2024), consolidando-se com a constituição de um pioneiro sistema municipal de arquivos em 1984. Bem maior repercussão teve a criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP). O grupo de trabalho responsável por elaborar a sua proposta de criação contou com a participação de dois professores da Unicamp: José Roberto do Amaral Lapa e Marco Aurélio Garcia.<sup>3</sup> Ambos estavam largamente envolvidos com os centros de documentação da universidade e com diversos processos de captação de acervos, demonstrando a projeção pública que a Unicamp ganhou no campo arquivístico naquele momento.

Tais iniciativas também repercutiram na Unicamp, culminando na criação do Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC),<sup>4</sup> instituído em 17 de janeiro de 1984, por meio de publicação no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (Unicamp, 1984). Concebido pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho e acolhido pelo reitor José Aristodemo Pinotti (1982-1986), essa instituição assumiu a responsabilidade de organizar a gestão dos acervos da universidade, abrangendo tanto materiais bibliográficos quanto documentais. O projeto almejava identificar os conjuntos reunidos pela instituição e estabelecer diretrizes para sua administração.

O CIDIC estava diretamente vinculado à reitoria e estruturava-se a partir da coordenação de dois órgãos: o Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU) e a Divisão de Documentação (DD). O primeiro tinha como objetivo implementar o conceito de sistema aplicado à gestão bibliográfica na universidade, experiência que contava com precedentes relevantes no estado em instituições como a USP e a Universidade Estadual Paulista (Unesp). O SBU foi gradualmente consolidado nos anos seguintes, processo que incluiu a construção de um novo edifício para abrigar o órgão central do sistema: a atualmente chamada Biblioteca Central César Lattes, inaugurada em julho de 1989. A servidora Leila Mercadante coordenou o projeto. Sua escolha devia-se a sua experiência prévia, uma vez que constituía o sistema de bibliotecas da Unesp na década anterior. Em suma, a consolidação do SBU levou à centralização do tratamento técnico dos livros pela BC. Essa função era realizada dispersamente pelas diversas bibliotecas da universidade, o que resultava em diferentes formas de catalogação, organização etc.

A DD, por sua vez, contava com diretrizes menos definidas, uma vez que no âmbito arquivístico tudo era mais incerto devido à ausência de um setor de arquivos na universidade. Havia

---

<sup>3</sup> O grupo, ao todo, era composto por Carlos Guilherme Mota, José Honório Rodrigues, José Ribeiro Júnior, José Roberto do Amaral Lapa, José Sebastião Witter, Marco Aurélio Garcia, Norman Potter, Sérgio Bilotta, Zélio Alves Pinto e Ricardo Maranhão (Schmidt; Mattos; Tognoli, 2018, p. 180).

<sup>4</sup> Para maiores detalhamentos sobre o CIDIC e seus desenvolvimentos institucionais, cf. Martins (1992; 2012).

poucos precedentes para amparar as decisões e não existia servidores com experiência no assunto. A bibliotecária Neire do Rossio Martins foi a primeira responsável pela coordenação técnica da DD. Assumiu as funções ao mesmo tempo em que estruturava o órgão e fazia cursos de formação técnica na temática arquivística, em distintas instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em razão desse cenário de incerteza, o conceito de sistema não foi adotado para a Unicamp em um primeiro momento. O desafio inicial consistia em fincar as bases de uma gestão de documentos, embora ninguém soubesse muito bem o que seria isso, pois tais procedimentos ainda não estavam regulamentados na legislação. As primeiras prerrogativas institucionais para a DD, definidas pelo reitor em 16 de janeiro de 1984, refletem em certa medida tal condição (Unicamp, 1976):

À Divisão de Documentação competirá enriquecer o acervo documental, artístico, científico, tecnológico e administrativo de que dispõe a Universidade e a comunidade na qual ela se acha inserida, concorrendo para a preservação da memória regional e nacional. Artigo 5º. No desempenho de suas funções, cabe à Divisão de Documentação:

I – integrar os diferentes programas de preservação documental, estabelecendo convênios com o Município, o Estado e a União;

II – repertoriar o acervo documental em poder da Universidade, fixando tabelas de temporalidade;

III – assumir a custódia dos documentos intermediários e dos documentos permanentes; e

IV – estabelecer com as repartições da Universidade rotinas relativas à preservação dos documentos em fase corrente ou ativa, fixando prazos e condições para sua incorporação posterior ou descarte.

A DD foi concebida com atribuições bastante amplas. Por exemplo, o inciso IV de seu regulamento menciona os documentos na “fase corrente”, aqueles que ainda cumprem funções administrativas e são objeto da gestão de documentos. Tal procedimento tem por objetivo regular a produção, classificação, avaliação e destinação dos documentos arquivísticos não só na fase corrente, como também na intermediária, quando então se avalia a sua destinação final: eliminação ou guarda permanente (Schellenberg, 2006). O inciso II reforça essa última dimensão, mencionando as “tabelas de temporalidade”, instrumento de gestão, que fixam os prazos de guarda e eliminação dos documentos. Além dessas atribuições, cabia à DD criar e gerenciar depósitos dos documentos de guarda intermediária e permanente, além do acompanhamento do processo de aquisição de novos acervos. Em outras palavras, sua esfera de atuação abrangia simultaneamente a documentação institucional e os arquivos privados incorporados pela Unicamp, refletindo a ambição de articular esses dois domínios em uma política unificada. Contudo, a DD carecia de definições mais precisas quanto às suas competências. Não ficava claro em que medida poderia interferir ou coordenar a atuação dos centros de documentação, que realizavam naquele mesmo período uma

série de aquisições orientadas por interesses acadêmicos. Esse vazio normativo gerava uma tensão entre a proposta de centralização e a dinâmica dos centros que requeriam autonomia.

A criação da DD acompanhou um contexto mais amplo de expansão dos centros de documentação da Unicamp. Na década de 1980, o crescimento consistente do AEL estimulou o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) a instituir seu próprio projeto. Nesse sentido, foi criado o Centro de Documentação Cultural em 1984, por iniciativa dos professores Ataliba Teixeira de Castilho e Maria Eugênia Boaventura, fortemente inspirado no IEB da USP. Em 1990, esse órgão passaria a se chamar Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE). Estruturado a partir dos arquivos de Oswald de Andrade, Alexandre Eulálio e Brito Broca, o CEDAE voltou-se à identificação, preservação e organização de fundos e coleções de documentos privados principalmente vinculados a literatura e a linguística.

O Centro de Memória da Unicamp (CMU) foi criado no ano seguinte, a partir da iniciativa de José Roberto do Amaral Lapa, com amplo amparo de Ataliba Teixeira de Castilho, que inclusive cedeu espaço físico da DD para a sua instalação. Esse último centro foi constituído a partir do estabelecimento de um comodato com o judiciário paulista, para a guarda, na Unicamp, da documentação de parte do século XIX e XX da Comarca de Campinas – posteriormente os da Comarca de Jundiaí também seriam incorporados –, além de vários outros acervos de distintas procedências.

O CMU nasceu marcadamente vinculado ao DH. Mais precisamente, estava conectado a um conjunto de pesquisadores que se debruçavam sobre a história do trabalho no meio rural e a escravidão, que encontravam nas fontes do judiciário importante amparo para suas análises. O projeto foi impulsionado pela produção e pelas orientações de professores como José Roberto do Amaral Lapa, Peter Eisenberg, Robert Slenes e Silvia Hunold Lara. Os três últimos desempenharam papel fundamental na consolidação de um campo sólido de estudos sobre o Brasil escravista e pós-emancipação, que constituiu uma forte tradição de pesquisa no DH da Unicamp.

A criação quase simultânea do CEDAE, do CMU e da DD, somada à intensa atividade do AEL, configurou uma nova etapa na política de acervos da Unicamp. Por um lado, os centros de documentação, embora não tenham elaborado normas formais de política de aquisição, a praticavam na medida em que custodiavam fundos e coleções com certa coerência, orientados pelas agendas de pesquisa dos docentes que os dirigiam. Por outro lado, pela primeira vez emergiu uma instância articuladora, representada pela DD. Na prática, essa Divisão desempenhava principalmente um papel de apoio técnico e formativo, oferecendo assistência na organização de acervos e promovendo cursos voltados à capacitação de servidores – o próprio acervo do judiciário

de Campinas foi organizado, em sua maior parte, por servidores da DD. O objetivo era qualificar as equipes internas e criar condições mais adequadas para a recepção de novos acervos pela universidade. Além disso, a DD assumiu a responsabilidade pela aquisição e guarda de alguns novos acervos, embora fosse uma operação mais rara.

Não obstante os centros de documentação e de memória estivessem formalmente vinculados não apenas aos seus respectivos institutos, mas também à DD, o órgão da reitoria exercia uma função sobretudo de coordenação consultiva. A partir da segunda metade da década de 1980, intensificaram-se os debates sobre a necessidade de ampliar o poder de intervenção da DD sobre os centros e outras instâncias da universidade, colocando em questão a própria pertinência da noção de “sistema” como alternativa administrativa. Esse processo ganhou maior visibilidade em razão de incorporações de novos arquivos pessoais pela universidade, que tiveram grande repercussão pública, sendo repetidamente noticiadas pela imprensa, como os de Sérgio Buarque de Holanda (1983) e Zeferino Vaz (1985) (Maldonado, 2025a), que foram preservados pela própria DD.

A partir de 1986, a DD passou por um amplo processo de reestruturação, com vistas à formulação de um modelo abrangente de gestão documental. A intenção, a partir daquele momento, era institucionalizar um sistema de arquivos da Unicamp. Tal iniciativa foi em grande medida acompanhada pela professora da USP Heloísa Liberalli Bellotto. Após um amplo trabalho de consulta aos órgãos da universidade, identificando-se as rotinas documentais e administrativas, a reitoria publica uma portaria, em 21 de outubro de 1986, criando o Arquivo Central e instituindo o Siarq (Unicamp, 1976):

Artigo 7º – A Divisão de Documentação, integrada pelo Arquivo Central, é o órgão de coordenação do Sistema de Arquivos da Universidade.

[...]

Artigo 8º – O Arquivo Central é o órgão encarregado de recolher, reunir, selecionar, arranjar, descrever, conservar, reproduzir e tornar disponível à consulta ou à pesquisa os documentos textuais, audiovisuais, cartográficos e outros de valor histórico, jurídico, patrimonial, técnico e administrativo de caráter intermediário e permanente de que dispõe a Universidade.

Parágrafo Único – No desempenho de suas funções, o Arquivo Central concorrerá para a preservação da memória institucional, regional e nacional, complementando ações semelhantes tomadas pelas Unidades universitárias e prestando-lhes assistência quando solicitada.

Tal medida representou uma transformação decisiva na política de informação e preservação documental da Unicamp. Ao estabelecer o Arquivo Central como órgão coordenador do Siarq, conferia-lhe uma centralidade funcional capaz de articular todo o procedimento arquivístico da universidade, em torno de um mesmo eixo. Iniciava-se, assim, a implementação do primeiro sistema de arquivos em uma universidade pública no país (Venancio, 2015). Esse, contudo,

foi apenas o ponto de partida. A consolidação do Siarq exigia, de um lado, investimentos em infraestrutura, como a adaptação de um prédio específico para abrigar o Arquivo Central e garantir condições adequadas ao exercício de suas atividades; e, de outro lado, uma reorganização institucional mais ampla, que preparasse setores de protocolo e centros de documentação para responder às novas diretrizes do sistema. A reitoria, dessa forma, precisava não apenas delimitar os limites de operação do Siarq em relação aos demais órgãos universitários, mas também investir em obras de infraestrutura e na ampliação do quadro de pessoal.

Foram necessários anos para o Siarq alcançar viabilidade, com a criação de uma comissão responsável por elaborar propostas técnicas e administrativas que viabilizassem a implantação desse sistema. Os esforços concentrados, ao longo de vários anos, culminaram na implementação do Siarq por meio da deliberação 39 do Conselho Universitário de 20 de dezembro de 1989 (Unicamp, 1989):

Artigo 1º - Fica criada, como órgão complementar diretamente subordinado à Reitoria, a Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade de Campinas (Siarq/Unicamp), nos termos do artigo 26 do Regimento Geral, com os objetivos de:

I - desenvolver uma política arquivística adequada à realidade da Universidade e compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa;  
II - promover a interação das diferentes fases da gestão de documentos.

Artigo 2º - O acervo arquivístico de que trata a presente Deliberação compreende documentos de qualquer natureza, produzidos ou recebidos e acumulados:

I - pelos órgãos da Universidade no desempenho de suas funções administrativas e acadêmicas;  
II - por pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, cuja custódia foi assumida pelo Siarq/Unicamp, por ser considerado de interesse para a Universidade.

Artigo 3º - Compõem a estrutura da Coordenadoria do Sistema de Arquivos:

I - Coordenação;  
II - Secretaria;  
III - Comissão Central de Avaliação de Documentos;  
IV - Arquivo Central.

Tal deliberação instituiu o Siarq após um longo processo de preparação. Um marco relevante nesse percurso foi a coletânea *A sistematização de arquivos públicos*, organizada por Castilho (1991). Publicado pela Editora da Unicamp, esse volume reunia textos introdutórios sobre os principais conceitos da arquivologia, elaborados tanto por especialistas de referência no cenário nacional quanto por servidores da própria universidade, diretamente envolvidos na implementação do Siarq. A obra buscava difundir as categorias fundamentais da disciplina e foi concebida como um manual prático, de consulta cotidiana, para orientar o trabalho dos servidores.

Nesse contexto, o CIDIC foi dissolvido e suas atribuições passaram a ser assumidas pelo novo órgão. A adaptação do prédio destinado ao Arquivo Central foi concluída em meados de 1991. A

cerimônia de inauguração integrou um evento mais amplo: o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários (SNAU), realizado no Centro de Convenções da Unicamp, entre os dias 4 e 6 de novembro de 1991. O evento reuniu mais de uma centena de pesquisadores, arquivistas e gestores de diversas universidades do país.

A publicação dos anais do I SNAU (1991), no ano seguinte, teve grande repercussão. Representou, pela primeira vez, a sistematização, em formato impresso, de um conjunto expressivo de reflexões, diagnósticos e práticas relacionadas à política arquivística em construção na Unicamp. Nesse sentido, a obra passou a ocupar um lugar central na consolidação da memória institucional sobre os processos arquivísticos em curso na universidade. O material reunido não apenas documentava os esforços de implementação do Siarq, como também expunha as estratégias adotadas para o tratamento de arquivos pessoais e institucionais em distintos centros de documentação da universidade. A publicação funcionou como uma espécie de inventário das ações empreendidas, revelando um acúmulo que tornava a Unicamp uma das universidades mais experimentadas do país no campo da gestão documental.

Além disso, os anais demonstravam a pluralidade de agentes envolvidos nesse processo, incluindo professores, técnicos administrativos, bibliotecários e arquivistas. Ao registrar essas experiências em um documento público e acessível, a universidade não apenas fixava sua trajetória recente, mas também se colocava como referência nacional, apresentando-se como um laboratório de inovação em políticas de memória, informação e documentação.

Contudo, a operação plena do Siarq levaria alguns anos. Foi apenas em meados da década de 1990 que o sistema se consolidou em toda a universidade, possibilitando, em todas as unidades, a aplicação efetiva dos planos de classificação e das tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo.

Construiu-se, assim, em linhas gerais, a configuração atual do Arquivo Central e dos centros de documentação da Unicamp. Outros centros foram criados ao longo do tempo, mas nenhum alcançou a dimensão e a projeção dos que foram analisados neste texto. De um lado, o Arquivo Central consolidou-se como eixo do Siarq, articulado de forma direta aos setores de protocolo da universidade. De outro lado, os centros de documentação preservaram maior autonomia, orientando suas práticas sobretudo pelas agendas acadêmicas de seus docentes e implementando aquisição de acervos, que se expandem conforme a disponibilidade de recursos, o engajamento dos professores e as oportunidades que se apresentam.

#### 4 DEFININDO UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE REDE DE ARQUIVOS

Na bibliografia especializada, a noção de “rede de arquivos” carece de uma definição precisa e consensual, o que resulta em múltiplos usos do termo. Análises comparativas de diferentes modelos nacionais mostram que a expressão “rede” é aplicada a iniciativas heterogêneas, com distintas finalidades e graus de articulação institucional. Essa variedade de experiências reforça um ponto identificado nas poucas pesquisas existentes sobre o tema: o emprego das categorias “rede” e “sistema” no campo arquivístico é marcado por escasso rigor conceitual (Silva, 2022). Os dois termos são tratados frequentemente como sinônimos ou usados de forma intercambiável, sem que se explicitem suas implicações operacionais, normativas e estruturais.

Como fonte para discutir essas questões no caso específico do Siarq, foi realizada uma entrevista com Janaína Andiar dos Santos, atual coordenadora do sistema.<sup>5</sup> Nesse depoimento, emergem diferentes dimensões da autonomia da rede de arquivos que marcaram a experiência da Unicamp. Um exemplo refere-se aos acervos privados incorporados pela universidade: não existem critérios rígidos para defini-los. A coordenadora afirma:

Não há definições institucionais para os conceitos de “arquivo”, “acervo” e “coleção” na Unicamp. Isso não quer dizer que os conceitos não apareçam nas publicações internas da Unicamp, entretanto não há a definição geral para uso estabelecida pelo Siarq ou qualquer órgão.

Em outras palavras, o Siarq transfere para os centros de documentação a responsabilidade pela definição dos conjuntos documentais incorporados. Na prática, a dimensão normativa relativa

---

<sup>5</sup> Janaína Andiar dos Santos foi entrevistada em setembro de 2025. A servidora autorizou expressamente a veiculação desta entrevista e da referência a seu nome. Segue o roteiro de questões: 1) Como a Unicamp define, institucionalmente, os conceitos de “arquivo”, “acervo” e “coleção”? 2) A Unicamp possui uma política formalizada de aquisição ou recepção de acervos privados? Em caso afirmativo, quais são seus principais princípios e instrumentos legais? 3) Há “Termos padronizados de Doação ou de Comodato” de acervos privados? 4) Os projetos e programas voltados à aquisição e preservação de acervos privados são planejados como ações permanentes (programas) ou pontuais (projetos)? Poderia exemplificar? 5) Quais critérios orientam a Unicamp na seleção de acervos privados a serem incorporados? Há uma comissão ou instância colegiada responsável por essa decisão? 6) Como a universidade lida com acervos parciais, dispersos ou que não chegam de forma integral? Há protocolos para negociação com titulares e herdeiros? 7) A Unicamp adota políticas específicas de organização, descrição e conservação dos acervos privados recebidos? Há normas internas ou planos de tratamento técnico? 8) Como a instituição equilibra as políticas de acesso público com as exigências de privacidade, especialmente em acervos pessoais? 9) Existem diretrizes para a digitalização, difusão online e restrição de dados sensíveis nos acervos privados? 10) Os acervos privados adquiridos contam com orçamento próprio para seu tratamento, digitalização e difusão? Há fontes de financiamento externas ou internas dedicadas a essa finalidade? 11) Há cooperação entre os setores arquivísticos, bibliotecários e museólogos da Unicamp na gestão integrada de acervos complexos (com documentos textuais, bibliográficos e objetos)? 12) Quais são os desafios e prioridades atuais da Unicamp no que diz respeito à formulação ou revisão de sua política de acervos privados?

à aquisição de acervos privados limita-se a uma instrução normativa, desprovida de efetiva abrangência arquivística:

Existe apenas uma instrução da DGA de 10 de janeiro de 2005 que estabelece critérios para a aquisição e recebimento de acervos bibliográficos particulares, por compra, doação e comodato. O estabelecimento dessa normativa seguiu principalmente critérios da área de gestão do patrimônio, não dialogando tanto com a arquivologia. As fases do rito são estabelecidas pela normativa, dando grande importância para a comissão. A avaliação que define o processo.

Como se pode observar, a norma aprovada limita-se a regular a aquisição de acervos bibliográficos. A ausência de uma autoridade arquivística plenamente definida no âmbito do Siarq também se evidencia no processo de formalização das aquisições, que está longe de ser rígido e reconhece a autonomia das unidades na definição de critérios próprios para a incorporação de acervos privados de interesse público:

Não há termos estabelecidos, somente o rito é estabelecido, embora haja critérios e momentos a serem seguidos por essa comissão, passando por avaliação e instância de avaliação. Além disso, existe uma definição sumária nessa portaria do que é “comodato”, “contrato”, “termo aditivo” e “permuta”, entretanto sem aprofundamentos. É preciso verificar com os centros de documentação (como o AEL, o CMU e o CEDAE) se eles possuem algo padronizado nesse sentido. A procuradoria indica um modelo de aquisição, mas é modificado para o caso específico.

Os critérios de seleção das aquisições variam conforme cada centro de documentação (AEL, CEDAE, CMU), que estabelece suas próprias práticas. Cabe às comissões de avaliação, nos processos de aquisição dessas unidades, estabelecerem critérios e demais protocolos. O mesmo pode ser afirmado em relação aos procedimentos de descrição dos acervos (ou ausência deles):

Há normas dentro dos próprios centros de documentação, que estabelecem os seus próprios catálogos ou outros instrumentos, entretanto não há uma orientação geral posta pelo Siarq. Temos uma comissão de padronização para trabalhar nesse sentido, entretanto não vemos perspectiva pelo menos à médio prazo nesse sentido. Por outro lado, a implementação de um sistema *online* para apresentação do que há nesses fundos, impõe uma certa padronização, porque a plataforma tem os seus próprios critérios.

A autonomia dos centros de documentação e de memória também aparece nos momentos puramente técnicos, como no caso das diretrizes de digitalização de acervos privados. O Siarq, embora recomende obediência às resoluções do Conarq, ainda não as tornou obrigatórias:

Atualmente existem diretrizes dentro do repositório que se baseiam nos parâmetros do CONARQ, especialmente voltadas à documentação ordinária. No entanto, ainda não há uma política consolidada voltada especificamente para o tratamento de arquivos privados. O tema tem sido objeto de debates dentro do grupo de trabalho responsável, havendo

experiências acumuladas na área. Apesar disso, essas iniciativas ainda não foram formalizadas em um produto normativo ou diretriz institucional, embora sua elaboração esteja prevista para etapas futuras.

Tal autonomia também decorre da impossibilidade de o sistema colaborar orçamentariamente com as iniciativas das unidades locais, cabendo aos centros de documentação e de memória buscarem recursos junto a agências de fomento à pesquisa ou junto à reitoria:

Atualmente não existe uma linha de recurso permanente ou uma rubrica orçamentária específica destinada a essas atividades. O financiamento ocorre, em geral, por meio de agências de fomento, como FAPESP, CNPq e Finep. Alternativamente, os recursos podem ser obtidos por meio de negociações internas, a partir das quais a reitoria ou outros órgãos da universidade eventualmente liberam verbas para atender às demandas apresentadas.

A cooperação entre arquivos, bibliotecas e museus existe na Unicamp, mas é pontual e não sistematizada, pois essa:

atuação ocorre de forma [...] esporádica. O repositório acaba promovendo certos diálogos nos últimos tempos, mas essa dinâmica é no geral fragmentada. Embora haja algumas iniciativas pontuais, não existe um comitê gestor formalmente instituído para coordenar ou sistematizar essas ações de maneira contínua.

Constata-se assim que o Siarq atua como articulador, mas não possui autoridade normativa plena, funcionando mais como orientador e mediador do que como órgão central de um sistema. Em relação aos centros de documentação e de memória, o testemunho da coordenadora reforça essa compreensão colaborativa, em “rede”, e não impositiva e hierarquizada, como “sistema”. A perspectiva de futuro não é romper com esse arranjo institucional, mas aprimorá-lo frente ao desafio normativo externo à universidade e proveniente da legislação federal, sendo:

importante atualizar a política institucional, promovendo a integração entre todos os arquivos e centros de documentação da universidade. Mais do que isso, é fundamental que essa atualização enfrente de forma articulada questões que representam desafios comuns a diferentes unidades, como a privacidade e o tratamento de dados pessoais. Embora a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) não tenha impacto direto sobre todos os acervos, ainda não há uma jurisprudência consolidada que permita estabelecer diretrizes claras para casos específicos. Isso reforça a necessidade de uma abordagem coletiva e propositiva.

O depoimento da coordenadora, portanto, evidencia o caráter híbrido da experiência da Unicamp: se, por um lado, o Siarq preserva uma autoridade institucional e estabelece orientações gerais, por outro, reconhece e legitima a autonomia dos centros de documentação e de memória em suas práticas cotidianas. Essa combinação de centralidade normativa e flexibilidade operacional reforça a ideia de que a política arquivística da universidade se estrutura menos como um sistema hierárquico e mais como uma rede de articulações, na qual diretrizes institucionais, agendas

acadêmicas e iniciativas locais se entrelaçam de forma dinâmica. A sobreposição entre autoridade institucional e flexibilidade operacional reforça a compreensão de que, no caso da Unicamp, os setores que custodiam acervos privados se organizam menos como um “sistema” hierarquizado e mais como uma “rede” de arranjos institucionais, na qual coexistem diferentes níveis de autonomia, articulação e mediação.

## 5 PONDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos acervos privados, a experiência da Unicamp revela-se mais próxima de uma “rede” do que de um “sistema”. Essa configuração se caracteriza por três traços centrais: autonomia normativa, expressa na ausência de uma política integrada de acervos; colaboração pontual, visível em parcerias para digitalização, cursos e iniciativas específicas; e padronização parcial, presente apenas quando imposta por plataformas digitais ou por exigências externas, como a LGPD.

Essa constatação aponta para a necessidade de maior precisão terminológica no campo arquivístico. A clareza conceitual entre “rede” e “sistema” não é apenas um exercício teórico. Trata-se de uma condição fundamental para a formulação, implementação e avaliação das políticas institucionais de aquisição e de acesso a acervos privados.

É preciso, no entanto, distinguir dois planos de atuação do Siarq. No âmbito da documentação administrativa, o sistema cumpre integralmente suas funções, consolidando práticas de gestão arquivística desde a década de 1980 e, mais recentemente, com a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Nesse plano, observa-se um verdadeiro sistema em operação, sustentado por normas, planos de classificação e tabelas de temporalidade, com o Serviço de Informação ao Cidadão garantindo a transparência e o acesso.

Em contrapartida, no âmbito dos centros de documentação e de memória, a lógica do “sistema” perde força. Esses espaços permanecem vinculados às agendas acadêmicas de seus docentes, organizando-se em torno de projetos de pesquisa, critérios disciplinares e disputas intelectuais que escapam à racionalidade estritamente administrativa. Nesse contexto, a noção de “rede” mostra-se mais adequada: a atuação da DD, no passado, e do Siarq, no presente, tem se caracterizado menos pela coordenação hierárquica e mais pelo apoio técnico, pela articulação e pela orientação.

O papel de articulação do Siarq é inegável, como evidenciam as instruções normativas, os encontros com representantes dos centros e, mais recentemente, o desenvolvimento de um repositório digital para os arquivos privados da universidade. Ainda assim, trata-se de uma autoridade institucional que opera mais como mediadora do que como instância de comando.

A política de arquivos da Unicamp, portanto, tem sido marcada por uma dualidade desde os anos 1980: de um lado, um sistema normativo e centralizado, voltado aos documentos administrativos e das atividades institucionais finalísticas; de outro, uma rede de centros de documentação e de memória que atuam como espaços de preservação, pesquisa e legitimação simbólica, estruturados em torno de coleções privadas e arquivos pessoais de grande valor cultural. É nesse equilíbrio – por vezes tenso, por vezes complementar – entre “sistema” e “rede” que se consolidou a política institucional arquivística da universidade.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula; PÓ, Marcos Vinícius. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado. *In*: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Sílvia (org.). **Burocracia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 27-71.

BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2002]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm) Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2003]. Seção 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4915.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm) Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1967]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm) Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1991]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm) Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm) Acesso em: 28 jun. 2026.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). **A sistematização de arquivos públicos**. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

DANIEL, Juliana Maia. Discricionariedade Administrativa em matéria de políticas públicas. *In*: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. (org.). **O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011, p. 93-124.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Processo n. 1973/0734-5: aquisição do Arquivo Edgard Leuenroth**. São Paulo, SP: Arquivo FAPESP, 1973..

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. Arquivo Público de Rio Claro: de depósito para repositório da memória, com valor histórico e finalidade cultural. **Oficina**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 8-34, 2024. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/download/89/65/203> Acesso em: 17 ago. 2025.

INDOLFO, Ana Celeste. O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1, jan./jun., p. 4-23, 2013. Disponível em: <https://aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/17> Acesso em: 17 ago. 2025.

INDOLFO, Ana Celeste. Vinte anos da lei de arquivos: a questão da gestão de documentos. *In*: VENANCIO; NASCIMENTO, Adalton (org.). **Universidades & Arquivos**. 2ªed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 9-20.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez, SMIT, Johanna Wilhelmina (org.). **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010, p. 201-216.

JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 197-213, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/180982> Acesso em: 17 ago. 2025.

JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, p. 35-49, 2013. Disponível em: <https://arquivistica.fci.unb.br/au/de-que-falamos-quando-falamos-em-politicas-arquivisticas-percepcoes-sobre-politicas-arquivisticas-no-poder-executivo-federal/> Acesso em: 17 ago. 2025.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. “Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração”: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.11, Rio de Janeiro, p. 483-502, 2016. Disponível em: <https://revistaagcrj.rio.br/index.php/ojs/article/view/230/215> Acesso em: 17 ago. 2025.

MALDONADO, Luccas Eduardo Castilho. *Arquivos em disputa: memória, acervos privados e a constituição das humanidades na Unicamp*. 2025. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025a..

MALDONADO, Luccas Eduardo. O arquivo pessoal e a biblioteca de Paulo Duarte na Unicamp: a origem de uma política de aquisição de acervos pessoais. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, n. 91, 2025b. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rieb/a/d34FrwNy943X59LsrLrmwjs/?lang=pt> Acesso em: 17 ago. 2025.

MALDONADO, Luccas Eduardo; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivo, democracia e historiografia: A formação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 17, 2025. Acesso em: [https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista\\_do\\_arquivo/article/view/335](https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/335) Acesso em: 17 ago. 2025.

MALUF, Izabela Mirna Pinto; SILVA, Welder Antônio. A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: em busca de perspectivas de observação. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 34, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1204> Acesso em: 17 ago. 2025.

MARTINS, Neire do Rossio. Discurso de Neire do Rossio Martins. Seminário Nacional de Arquivos Universitários, 1., 1991, Campinas. **Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**, 4 a 6 de novembro de 1991. Campinas: Unicamp, 1992.

MARTINS, Neire do Rossio. **Memória universitária**: o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (1980-1995). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: [https://www.siarq.unicamp.br/images/Martins\\_NeiredoRossio\\_M\\_compressed.pdf](https://www.siarq.unicamp.br/images/Martins_NeiredoRossio_M_compressed.pdf). Acesso em: 17 ago. 2025.

MENDES, Emerson Flavio da Silva; SILVA, Welder Antônio. A gestão de documentos alinhada à gestão da qualidade: uma análise a partir da aplicação das Normas ISO. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 34, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1195> Acesso em: 17 ago. 2025.

OLIVEIRA, Silvaney de; GUIMARÃES, Orliney Maciel; FERREIRA, Jacques de Lima. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210–236, 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21779> Acesso em: 14 abr. 2026.

RODRIGUES, Aldair. Acervos negros e a dimensão epistemológica das ações afirmativas na universidade: o caso do arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP. **História Social**, Campinas, vol. 20, p. 01-45, 2025.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962. Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 1962. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1962/lei-7655-28.12.1962.html>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SÃO PAULO (estado). **Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984**. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html> Acesso em: 17 ago. 2025.

SCHELLENBERG, Theodore. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; MATTOS, Renato de; TOGNOLI, Natalia Bolfarini. Como surgem as políticas arquivísticas: o 1º Leilão de Memória Nacional e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP). **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 38, p. 167-186, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/fRCVjngS9HSVNFQNPYMVqnk/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 17 ago. 2025.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. **Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**, 4 a 6 de novembro de 1991. Campinas: UNICAMP, 1992. SILVA, Welder Antônio. O gerenciamento arquivístico. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). **Arquivologia**: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. p. 155-171.

SILVA, Welder Antônio. Rede e sistema de arquivos: propriedades, finalidades e qualidades distintas. In: SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; FROTA, Maria Guiomar da; MARQUES, Rodrigo Moreno (org.). **Informação, mediação e cultura**. Belo Horizonte: Letramento: PPGCI, 2022, p. 185-210.

SILVA, Welder Antônio; MALUF, Izabela Mirna Pinto. Governança e gerenciamento arquivísticos na perspectiva organizacional: propondo funções básicas. In: MALVERDES, Andre; SILVA, Luiz Carlos da; MORAES, Margarete Farias de (org.). **Multiverso arquivístico**. Vitória: AARQUES; Antíteses, 2025 p. 429-446.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Processo n. 4345/1976: criação do SIARQ**. Campinas: SIARQ/UNICAMP, 1976.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Procuradoria-Geral. Norma n. 2425**. Campinas, SP: Unicamp, 1989. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/2425/0>. Acesso em: 29 jun. 2025.

VENANCIO, Renato. Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: VENANCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. **Universidades & Arquivos**. 3º ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 33-48.

## NOTAS DE AUTORIA

### **Luccas Eduardo Castilho Maldonado**

Luccas Eduardo Maldonado é historiador, graduado e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, com bolsa da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo, e é pesquisador residente da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) da USP.

<http://lattes.cnpq.br/6173928821953671>

### **Renato Pinto Venâncio**

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica - RJ (1982), mestrado pela Universidade de São Paulo (1988), doutorado pela Universidade de Paris IV - Sorbonne (1993) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2005). É professor titular na Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Entre 2005 e 2008 dirigiu o Arquivo Público Mineiro. Entre 2007-2008 foi Consultor Científico da UNESCO, no Comitê Nacional Memória do Mundo. Colaborou na implantação da Diretoria de Arquivos Institucionais (Diarq) da UFMG, tendo sido seu Diretor entre 2015-2019.

<http://lattes.cnpq.br/5140588181933697>